



1ª Reunião do Comitê Gestor Brasileiro da Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima

18 de Agosto de 2025, às 16h00
Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 97
Ata

Participantes:

João Brant – SECOM
Mayra Saito – SECOM
Sandro Eli – SECOM
David Almansa – SECOM
Daniel Bezerra – SECOM
Wesley Andrade – SECOM
Eugênio Vargas Garcia – MRE
Fabio Toreta – MMA
Ana Cristina Gonçalves Santos – MCTI
Carolina Grottera – MF
Maira Luisa Milani de Lima – CGU
Giuliana Biaggini Diniz Barbosa – CGU
Priscila Gonçalves Oliveira – AGU
Talita Santos Perna – MPI
Viviane Vazzi Pedro – MEC
Cristina Caetano – SRI (representando Raimunda Nonata Monteiro)
Lucilene Afonso Bertoldo – MS
Giulia Bedê Bomfim – MS

A 1ª Reunião do Comitê Gestor Brasileiro da Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima iniciou-se com abertura pelo Coordenador do Comitê, Secretário João Brant, seguido dos co-Coordenadores, o Diretor Eugênio Vargas Garcia, do Ministério das Relações Exteriores; e o Chefe da Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente, Fábio Toreta, que saudaram o início dos trabalhos do Comitê e sua importância para a organização da participação do governo brasileiro na Iniciativa Global.



Em seguida, realizou-se breve rodada de apresentação dos participantes, e adoção da Agenda da Reunião apresentada, sem alterações.

Passou-se aos itens 2 e 3 da Agenda adotada, que incluíam, respectivamente, apresentação da Iniciativa Global em âmbito internacional e nacional (o Capítulo Brasileiro da Iniciativa). Nesse contexto, o Coordenador do Comitê apresentou o contexto em que foi lançada a Iniciativa Global (adensamento do debate internacional sobre a integridade da informação; desinformação e clima como maiores ameaças mundiais), sua estrutura de governança (Comitê Gestor e Grupo Consultivo) e ações em andamento, inclusive no âmbito do processo COP, em que se incluem o Fundo Global da UNESCO, a inclusão do tema na Agenda de Ação da COP e o chamado da Iniciativa por um mutirão de soluções relacionadas à integridade da informação climática.

Em seguida, representante da SECOM passou à apresentação das ações realizadas no contexto da implementação da Iniciativa no Brasil, o “Capítulo Brasileiro”, estruturado em torno do Comitê Gestor Brasileiro, de composição governamental e coordenado pela SECOM, MMA e MRE, e da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, composta por organizações da sociedade civil e da academia para apoiar e subsidiar as ações governamentais e cuja criação contou com apoio da SECOM. Foram apresentados também os eixos de atuação do Capítulo Brasileiro da Iniciativa, que preveem abordagem ampla e sistêmica ao problema, e incluem: pesquisa e acompanhamento do debate digital; comunicação estratégica; sustentabilidade do jornalismo e proteção de comunicadores e ambientalistas; responsabilização e proteção de direitos; educação midiática, ambiental e sobre mudança do clima; e incentivos à integridade da informação sobre mudança do clima (via transparência da publicidade digital).

Antes de passar ao item 4, o representante do MMA ressaltou a importância que seu ministério dá à Iniciativa Global e à parceria e ao diálogo permanente com a SECOM e o MRE em torno do tema, e manifestou a expectativa de que o comitê possa contribuir para fazer avançar ainda mais a pauta dentro do governo brasileiro. O representante do MRE enfatizou a crescente importância internacional da agenda da integridade da informação e da colaboração com SECOM e MMA para ampliar o escopo da Iniciativa, com a participação de novos países. Reiterou também o avanço do debate internacional sobre o assunto inclusive em foros menos óbvios como o Mercosul e o BRICS, e lembrou

a importância do chamado pelo mutirão pela integridade da informação sobre a mudança do clima, assim como da inclusão do tema na Agenda de Ação da COP, com o objetivo de promover e acelerar soluções concretas, para que a COP30 seja efetivamente a COP da implementação.

Para introduzir o debate, a SECOM apresentou breve explicação sobre as razões que levaram à criação do Comitê com a participação dos órgãos presentes, indicando-se, em linhas gerais, as possibilidades de temas em que cada um poderia atuar. Em seguida, realizou-se rodada de apresentação dos órgãos, em que:

- CGU: mencionou a existência de Comissão de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção, que também conta com GT que discute mudança do clima e integridade, onde poderiam ser pensadas ações alinhadas com a Iniciativa; ressaltou que várias organizações que compõem a Rede de Parceiros também integram o GT; lembrou que o grupo elaborou Nota Técnica pelo Acordo de Escazu, que se relaciona com o eixo de proteção de comunicadores e ambientalistas; mencionou, ainda, ações que promovem a transparência no contexto da COP30, como o lançamento de página específica da COP30 no Portal da Transparência, e a nova versão do e-agendas para facilitar a busca de reuniões relacionadas ao evento; afirmou que a CGU recebeu propostas da sociedade civil pra promover a integridade e evitar o conflito de interesses na COP30, tema igualmente relevante para a Iniciativa Global. Por fim, citou o lançamento de Dossiê sobre Integridade e Clima, do periódico acadêmico da CGU, a ser lançado no final do ano, com foco em integridade pública e clima.
- MEC: saudou o início dos trabalhos do Comitê, que afirmou ser bastante oportuno no momento, em que o MEC lançará a Política Nacional de Educação Ambiental Escolar, com o objetivo de mobilizar as escolas para a agenda ambiental e a elaboração de planos/protocolos de resiliência, que envolvam território, proteção, saúde, com foco no tema da justiça climática e incluindo ferramentas didáticas de educomunicação; afirmou que o negacionismo tem sido um grande desafio para a educação ambiental nas escolas, inclusive para a segurança de professores e gestores escolares que pautam o tema, sugerindo que esses grupos poderiam ser incluídos nos esforços de proteção previstos na Iniciativa Global.

- AGU: ressaltou os trabalhos da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente (Pronaclima) relacionadas ao “greenwashing” e ao mercado de carbono, em cujo contexto poderiam ser incorporadas ações que se alinhem aos eixos de responsabilização da Iniciativa Global. Ademais, seria apurada, internamente, a possibilidade de contribuição de outras unidades da AGU.
- MF: apresentou brevemente os seis eixos de atuação do Plano de Transformação Ecológica, salientando a ideia de que o plano pretende mostrar que a transição para uma economia de baixo carbono não é um custo mas uma oportunidade; mencionou, como possível contribuição do MF à Iniciativa, compartilhar e dar visibilidade a resultados de diferentes simulações científicas e modelagens econômicas sobre a transição de economia que, mesmo partindo de premissas diferentes (incluindo, por exemplo, desde perspectivas ortodoxas até heterodoxas) coincidem em mostrar que os benefícios superam os custos; citou também que o MF está finalizando a taxonomia sustentável brasileira, que determinará quais atividades podem ser sustentáveis ou não, podendo ser um importante instrumento de transparência e enfrentamento ao “greenwashing”; por fim, mencionou que o MF tem também estudos e argumentos para mostrar os cobenefícios do Plano de Transformação Ecológica, para áreas além da economia, como na redução de desigualdades regionais, de renda, gênero e raça.
- MS: mencionou a criação de coordenação dedicada a saúde e clima no âmbito do MS, para tratar dos impactos da mudança do clima sobre a saúde humana, ressaltando que estariam em elaboração guias para profissionais de saúde, Planos de Adaptação do sistema de saúde aos impactos da mudança do clima, onde poderiam ser incluídas ações relacionadas à integridade da informação. Lembrou que o MS já atua no enfrentamento à desinformação sobre vacinas e políticas de saúde com a SECOM, no âmbito do projeto Saúde com Ciência, e que a perspectiva da integridade da informação poderá ser útil também para as ações de adaptação do sistema de saúde aos impactos da mudança do clima.

- SRI: na condição de representante da integrante do Comitê que não pôde comparecer, a representante da SRI informou que discutirá o assunto internamente e trará contribuições na próxima reunião.
- MPI: salientou a importância da integridade da informação sobre questões indígenas, mencionando que a desinformação impacta praticamente toda ação do MPI, por conta da visão estereotipada em relação aos povos indígenas, especialmente em ações como as de desintrusão de terras indígenas; avaliou que o MPI poderá contribuir com a Iniciativa por meio da divulgação e do compartilhamento de informações íntegras sobre temas e políticas indigenistas que possam apoiar ações dos demais ministérios. Ressaltou também a possibilidade de que representantes da área ambiental do MPI contribuam com essas informações para o Comitê.
- MCTI: também saudou o início dos trabalhos do Comitê, citando haver ampla possibilidade de atuação do MCTI na pauta, por meio dos diversos institutos de pesquisa que possui, em diversas áreas. Citou as ações do IBICT na área de integridade da informação; mencionou os esforços do MCTI para promover a popularização da ciência, que também trabalha com a perspectiva da integridade da informação e dialogaria com os objetivos da Iniciativa Global; recordou a realização dos “hackatons” de enfrentamento à desinformação na Semana de Ciência e Tecnologia; e se referiu também aos institutos de pesquisa sobre cada bioma brasileiro, que também têm, dentro dos seus projetos, um escopo de trabalho relacionado ao combate à desinformação. Mencionou, por fim, institutos de pesquisa de clima, que fornecem dados que servem de fonte para veículos de comunicação e outros ministérios. Avaliou que todas essas ações de institutos ligados ao MCTI poderiam ser mobilizadas para apoiar a Iniciativa.

Como encaminhamento, ficou decidido que a SECOM buscará organizar as contribuições recebidas dos órgãos numa planilha, para identificar possíveis ações de cada um no contexto da Iniciativa. A planilha será distribuída por e-mail aos membros do Comitê, para que a complementem, de modo que possa servir como plano de ação, a ser discutido e aprovado na próxima reunião.



SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL



Tendo em vista a periodicidade trimestral das reuniões previstas na Portaria Interministerial que criou o Comitê, MRE lembrou que a próxima reunião ordinária praticamente coincidiria com a COP30. MF sugeriu e os demais acataram a sugestão de que seja convocada reunião extraordinária, antes da próxima reunião ordinária, a fim de dar celeridade às ações e considerando-se o contexto pré-COP30.